

**COMISSÃO EVENTUAL PARA O ACOMPANHAMENTO
POLÍTICO DO FENÓMENO DA CORRUPÇÃO E PARA A
ANÁLISE INTEGRADA DE SOLUÇÕES COM VISTA AO
SEU COMBATE**

3.^a Reunião

14 Janeiro 2010

Presidente: José Vera Jardim (PS)

Oradores:

Ricardo Rodrigues (PS)

Nuno Magalhães (CDS-PP)

Fernando Negrão (PSD)

António Filipe (PCP)

Helena Pinto (BE)

Pacheco Pereira (PSD)

Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP)

O Sr. Presidente: - Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 17 horas e 30 minutos.

A primeira coisa com que hoje nos devíamos preocupar é com o regulamento da Comissão, para termos a Comissão instalada.

Assim, peço aos Srs. Deputados que tomem posição sobre o mesmo para, se possível, o aprovarmos ainda hoje, de modo a termos instrumento legal para legitimar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): - Sr. Presidente, tenho aqui uma proposta de PS sobre o regulamento. Tem muito poucas alterações, pois, genericamente, concordamos com o regulamento proposto, que é consentâneo com os de todas as outras comissões.

Assim, a exemplo do que o CDS disse na última reunião, achamos que no objecto deve constar a prevenção e não só o combate. Consideramos também que deveria ser aditado um novo artigo que previsse que, no fim dos trabalhos, houvesse um relatório e que esse relatório fosse elaborado por uma comissão de redactores que englobasse um Deputado de cada partido.

Essa comissão de redacção teria por fim relatar o que se passou na Comissão, dar conta dos trabalhos e, eventualmente, do conteúdo de especialidade dos vários diplomas que fossem presentes à Comissão.

São estas as alterações que propomos à Comissão.

O Sr. Presidente: - Peço que essas alterações sejam fotocopiadas e distribuídas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP): - Sr. Presidente, era para dar conta da nossa concordância genérica em relação ao regulamento.

Em relação à proposta do Deputado Ricardo Rodrigues acerca da comissão de redacção também nada temos a opor e, no seguimento daquilo que o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues disse – aliás, anteriormente já tínhamos feito esta proposta –, gostaria apenas de fazer uma proposta e aditamento ao objecto, ao artigo 1.º, que poderei formalizar, por escrito, mas que, por ser tão pequena, penso que poderei fazer oralmente.

Assim, dir-se-ia: «a presente Comissão tem por objecto a recolha de contributos e a análise de medidas destinadas à prevenção e ao combate da corrupção», seguindo-se tudo o resto como está.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): - Sr. Presidente, não está escrito mas também propunha a eliminação do n.º 1 do artigo 8.º do regulamento.

O Sr. Presidente: - Que é ilegal. É contra o Regimento.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): - Sim, que é ilegal.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): - Sr. Presidente, tive oportunidade de conversar com o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues e estamos de acordo com todas as sugestões apresentadas, quer pelo PS quer pelo CDS-PP.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): - Sr. Presidente, é apenas para concordar com todas as propostas feitas até agora, mas talvez me atrevesse a fazer uma proposta – da qual, aliás, não faço muita questão – que tem que ver com o n.º 1.

O n.º 1 reproduz, de facto, fielmente a Resolução mas quer parecer-me que a redacção não é muito feliz porque não traduz exactamente aquilo que é o objecto desta Comissão porque se refere «instrumentos jurídicos no âmbito do Código Penal e dos crimes de responsabilidade dos titulares dos cargos políticos».

Porém, está muito longe de ser só isto, não só porque a legislação penal não tem a ver só com o Código Penal, tem a ver com o Código Penal, com o Código de Processo Penal e com leis penais avulsas, e o que se refere ao estatuto dos titulares de cargos políticos – Deus nos livre! – não são só crimes.

O Sr. Presidente: - Felizmente, Sr. Deputado!

O Sr. António Filipe (PCP): - Portanto, permitia-me sugerir, oralmente, que ficasse «no âmbito da legislação penal e do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos».

Apesar de aquilo que consta ser a formulação da Resolução, parece-me que esta ficaria melhor e seria mais adequada ao objecto da Comissão.

O Sr. Presidente: - Pelo meu lado, tem todo o meu apoio. Não sei se alguma das bancadas se opõe.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a Helena Pinto (BE): - Sr. Presidente, é só para dizer, da parte do BE, que concordamos e apoiamos as propostas que foram apresentadas aqui em relação ao regulamento, bem como esta que agora foi feita oralmente pelo Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado António Filipe, poderia repetir a sua proposta para os serviços tomarem nota?

O Sr. António Filipe (PCP): - Sr. Presidente, sugeria que ficasse (...) «no âmbito da legislação penal e do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos».

O Sr. Presidente: - E até, talvez, se me permitem «e de outra legislação conexa», porque podemos defrontar-nos com outra legislação em que não pensámos. Há acordo das bancadas?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP): - Sr. Presidente, na verdade, também tive a mesma dúvida do Sr. Deputado António Filipe e apoio totalmente a proposta que fez, sobretudo porque no texto se refere «nomeadamente», pelo que só queria garantir que temos essa salvaguarda de permitir que, no decurso dos trabalhos, outros instrumentos legislativos possam ser alterados.

O Sr. Presidente: - Portanto, queria introduzir esse inciso...

O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP): - Já lá está, Sr. Presidente. Só queria era garantir que ele não sai, o que acho importante para mantermos a norma suficientemente aberta.

O Sr. Presidente: - Sim, senhor.

Não sei se aqui está uma coisa que pessoalmente considero importante, penso que não, que era a possibilidade de a Comissão criar grupos de trabalho específicos.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): - Está na nossa proposta, Sr. Presidente. É o n.º 2.

O Sr. Presidente: - Muito bem, porque isso pode ser-nos útil, até para o trabalho legislativo. A certa altura do percurso, isso pode ser-nos útil.

Então, introduzimos essas alterações na especialidade e vamos depois proceder à redacção final.

Srs. Deputados, vamos votar, com a reserva de que todos os grupos parlamentares terão ainda direito de *regarde* sobre a versão final do regulamento.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): - Sr. Presidente, fica também «e legislação conexa»?

O Sr. Presidente: - Sim, Sr. Deputado.

Vamos, então, votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Gostaria agora de dar algumas informações.

Tínhamos decidido na última reunião, aliás, por unanimidade, seguir o *iter* parlamentar clássico em relação aos vários diplomas. Ou seja, após conversas entre mim, o Presidente da 1.ª Comissão – que inicialmente tinha uma posição diversa, antes de termos conversado – e o Sr. Presidente da AR, que concordou inteiramente, e baseado no entendimento consensual que aqui tivemos de que todos os diplomas apresentados ou a apresentar no âmbito desta Comissão seguirão o caminho de baixar à 1.ª Comissão, para serem objecto de discussão, relatório e aprovação, após o que vão a Plenário para votação, na generalidade, como vai suceder com um conjunto de diplomas apresentados pelo CDS-PP, e só depois disso é que descerão a esta Comissão, esse entendimento ficou claro entre nós todos e, portanto, em relação a isso, não há problema.

Porém, gostaria que pensassem – não temos de decidir já mas convinha que decidíssemos numa das cinco primeiras reuniões – sobre o que se vai passar no fim.

Temos uma Comissão Eventual, temos a Resolução e agora temos o Regulamento. Há leituras que podem criar alguma dúvida sobre os poderes desta Comissão no que diz respeito à aprovação do trabalho legislativo – é sobretudo a esse que me refiro e não às audições, e de confronto de ideias com as entidades que aqui vierem.

Assim, gostaria que todos os Srs. Deputados pensassem nisso.

A minha ideia era a de encontrar uma fórmula final, que pode passar por uma reunião conjunta desta Comissão e da 1.ª Comissão, pode passar por uma votação nesta Comissão e envio à 1.ª Comissão, para que se possa pronunciar, e admito que possa ainda haver outras alternativas.

A minha preocupação, como, aliás, tivemos oportunidade de falar na última reunião, é que não restem dúvidas sobre a inteira legitimidade e

legalidade do trabalho que saia no final: ele sai desta Comissão mas é também aprovado na 1.^a Comissão. Se é em reunião conjunta ou não, gostaria que os Srs. Deputados pensassem nesta matéria, e até noutras alternativas, naturalmente, mas esta é a minha preocupação e suponho que é também a de todos os Srs. Deputados: não restarem dúvidas a ninguém que depois venha pôr um problema de irregularidade formal quanto aos trabalhos desta Comissão.

Não é preciso pronunciarem-se desde já, só gostaria que pensassem sobre isto, porque numa das próximas reuniões, naturalmente, vamos pronunciarmo-nos sobre isto.

Esta Comissão, como qualquer outra, tem um *site*; o desta já começou a ser trabalhado pelos serviços e terá, naturalmente, as agendas da Comissão, os projectos que estão pendentes, etc. Se os Srs. Deputados não vierem qualquer desvantagem, abriria com uma coisa escrita por mim, que mostrarei aos Srs. Vice-Presidentes, naturalmente, dizendo o trabalho que esta Comissão vai fazendo e que está aberta aos contributos de todos os cidadãos.

Naturalmente que tenho uma preocupação, que suponho que é partilhada pelos Srs. Vice-Presidentes: temos que contar com muita intervenção que não tem qualquer utilidade para a Comissão e, pelo contrário, até poderia vir perturbar o seu trabalho.

Os serviços informaram-me que estão em condições de fazer essa «joeiragem» – chamemos-lhe assim. Não penso que precisemos de dois ou três Deputados a fazerem esse trabalho, mas a minha é certamente também a preocupação de todos os Srs. Deputados, que, aliás, já foi expressa pelo Sr. Vice-Presidente Pacheco Pereira. Penso que não há maneiras técnicas, na *net*, de evitar isso. Não sou especialista nestas matérias de *net*, sou especialista em ler na *net* mas, quanto ao mais, sou muito desconhecedor.

De qualquer modo, penso que não maneiras técnicas de evitar isso, mas talvez... os *spam*, essas coisas, talvez haja uma maneira...

Outro modo seria os próprios serviços tomarem isso a seu cargo e dizerem: «isso é lixo.» E quando tiverem dúvidas mostram à Mesa.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): - Sr. Presidente, a moderação tem de ser feita por uma pessoa, não pode ser pela máquina.

O que sugeria era que os serviços colocassem em linha aquilo que não oferece qualquer espécie de dúvida e dariam aos representantes parlamentares uma cópia de todo o material que não fosse publicado, porque, apesar de tudo, penso que haveria vantagem em conhecer esse material. Ou seja, ficaria um registo, que seria distribuído aos coordenadores dos diferentes grupos parlamentares, de todo o material que é recusado, na medida em que, para todos os efeitos, esse material entra formalmente na AR.

Em caso de dúvida em relação a uma ou outra publicação, isso poderia ser visto casuisticamente, mas a regra seria a de ser extremamente prudente na colocação dos comentários. Depois há todo um conjunto de coisas que são ou puramente insultuosas ou sem qualquer espécie de sentido e aí guarda-se uma cópia, entrega-se e não se publica.

Mas terá de ser uma pessoa a fazer isso, para haver uma validação política por parte dos membros da Comissão. Penso que os coordenadores podem receber uma listagem completa de tudo o que aparece e depois decide-se.

O Sr. Presidente: - Uma listagem e texto? Era essa a sua ideia?

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): - Penso que o texto. Não vejo inconveniente nenhum.

O Sr. Presidente. – Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): - Sr. Presidente, não me importo de fazer esse trabalho, mas se a Mesa quiser poupar-nos a isso, dava-nos imenso jeito. Compreendo que possa ser um trabalho suplementar, mas confio plenamente e, pelo menos da parte do Grupo Parlamentar do PS, a Mesa tem mandato para gerir isso com os serviços no sentido de encontrarem a melhor forma. Não dá para cada um de nós dizer que concorda ou não, isso pode ser mais complicado e acho que a Mesa tem a pluralidade própria para decidir sobre essas matérias.

O Sr. Presidente: - Talvez seja uma ideia. Não sei, vamos estudar, porque estar a encher todos os Srs. Deputados com as várias coisas que aí chegam...

O Sr. Fernando Negrão (PSD): - É conhecido o grande espírito democrático do Sr. Deputado Pacheco Pereira e agradecemos essa generosidade, mas achamos que pertencer à Mesa não tem só privilégios, tem também alguns encargos e nós dispensamos bem este encargo, porque confiamos na Mesa em absoluto.

O Sr. Presidente: - Penso que talvez fosse mais prático que a Mesa tivesse isso a seu cargo e quando tivermos dúvidas traremos aqui a situação. Pode ser até que não nos entendamos... Eu entendo que aquilo é admissível, o Dr. Pacheco Pereira entende que não, etc...

Sr. Deputado António Filipe, faça favor.

O Sr. António Filipe (PCP): - Sr. Presidente, talvez fosse mais prático mas talvez não seja o melhor, ou seja, contra nós falamos.

Penso que a sugestão do Sr. Vice-Presidente Pacheco Pereira talvez fosse melhor porque não estamos livres, de hoje para amanhã, que alguém que envia para aí um comentário que não tem qualquer interesse venha dizer que mandou para aqui uma coisa e ninguém lhe ligou nenhuma. Se houver grupos parlamentares que não tenham acesso a isso estamos perfeitamente à vontade para dizer «foram aqueles senhores que não nos facultaram». Portanto, creio que haver uma cópia para todos os grupos parlamentares responsabiliza todos e é vantajoso para todos.

O Sr. Presidente. – Sr. Deputado, permito-me intervir para esclarecer que há duas coisas: há aquilo que não tem interesse nenhum – o juízo sobre isso é mais difícil – e outra coisa, o insulto, que é algo que não só não tem interesse nenhum como não deve ser admitido.

O Sr. António Filipe (PCP): - Não fazemos questão de que só a Mesa seja insultada!

Risos.

O Sr. Presidente: - Mas admito... na *net* vejo muita coisa e há pessoas que mandam coisas que não são muito correctas.

Sr.^a Deputada Helena Pinto, faça favor.

A Sr.^a Helena Pinto (BE): - Sr. Presidente, a forma como interpretei as palavras do Sr. Deputado Rodrigues não é no sentido que agora lhes estão a dar.

Pareceu-me que aquilo que o Sr. Deputado propôs e com o que eu estaria de acordo, foi que a Mesa faria a avaliação do que é ou não publicado. Se houver alguma dúvida concreta, algo mais complicado, viria à Comissão; quanto ao resto, seguiríamos a sugestão do Sr. Deputado Pacheco Pereira, ou seja, era distribuído a todos os grupos parlamentares.

Pensei que era esta a proposta e parece-me que assim as coisas ficariam melhor distribuídas e todos os grupos tinham acesso a tudo – não estou a falar do insulto propriamente dito.

Foi esta a minha interpretação e acho que assim seria mais equilibrado.

Quanto à decisão de publicar, a Mesa tem toda a capacidade e o nosso aval para publicar.

O Sr. Presidente: - Portanto, a Mesa é que decidiria se era distribuído ou não aos Srs. Deputados.

A Sr.^a Helena Pinto (BE): - Não, se era ou não publicado.

Se a Mesa tiver alguma dúvida ou divergência, traz a questão à Comissão. Quanto à distribuição aos grupos parlamentares, seria a todos.

Penso que assim ficamos todos em igualdade de circunstâncias e conseguimos precaver-nos em relação a situações como a que o Sr. Deputado António Filipe referiu.

O Sr. Presidente: - Faça favor, Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): - Sr. Presidente, esta questão é mais complexa do que aquilo que parece, por uma razão: o facto de a Assembleia abrir um *site* ao comentário faz com que o estatuto do comentário seja uma carta à Assembleia, para todos os efeitos. Portanto, implica algum registo.

O problema que se coloca é que o que vamos receber vai ter de tudo, desde denúncias de casos concretos a insultos aos membros da Comissão. Portanto, se o *site* é moderado e a moderação faz parte de regra, o que penso que se deveria fazer – e podemos encontrar aqui um terreno intermédio – era os serviços recolherem toda a informação. Depois, há todo um conjunto de coisas que não oferecem dúvida alguma e são imediatamente colocadas. A Mesa pode ver, mas tudo fica registado de maneira que algum grupo parlamentar que queira ter acesso a tudo o que recebemos possa consultá-lo.

É que também corremos o risco de divulgar por nossa própria iniciativa correspondência que pode conter denúncias absolutamente irresponsáveis. É um território muito perigoso.

A minha sugestão é que se abra o *site*, já que o decidimos fazer, ao comentário e às contribuições, essencialmente às contribuições dos cidadãos, que serão publicadas em função de um critério que tem de ser rigoroso, de seriedade, de interesse; a outra parte tem de ficar registada, tem de ficar armazenada e, em vez de fazermos a distribuição, qualquer grupo parlamentar que pretender pode, em qualquer altura, consultar a informação.

Era esta a sugestão que fazia.

O Sr. Presidente: - E quem faz a triagem? A Mesa?

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): - A Mesa, com os serviços.

O Sr. Presidente: - Os serviços em primeiro lugar, os quais, quando tiverem dúvidas, as apresentam à Mesa. Os serviços também têm a noção do que pode ser útil.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): - Exactamente.

O Sr. Presidente: - Então, vamos ver: os serviços fazem uma primeira triagem; em caso de dúvida, trazem-na à Mesa, mas tudo fica registado. A Mesa decide e, ao decidir, pode ser publicado, pelo que os grupos podem ver o que está publicado. Aquilo que não estiver publicado será também acessível a qualquer grupo parlamentar, pelo que pode ser consultado. É isto? Parece-me que sim e que está bem claro.

Entrou na Mesa um requerimento do BE referindo uma série de entidades para serem ouvidas, que é também para distribuir.

Sobre esta matéria, como sabem, há uma preocupação nossa: é que há muitas entidades a serem ouvidas e muitas vezes os nossos tempos não são aqueles que, idealmente, seriam necessários para fazer essas audições de uma forma ajustada. Aliás, entrou também um requerimento do PCP no mesmo sentido, e outro do PS, além daquele do BE que referi.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP): - Sr. Presidente, também temos um requerimento para solicitar a esta Comissão um conjunto de audições, só que ainda estamos à espera de obter a confirmação da disponibilidade de duas personalidades. Portanto, a minha questão à Mesa é a seguinte: o

prazo até à reunião de hoje é peremptório ou permite uma dilação, por exemplo, até à próxima reunião?

O Sr. Presidente: - Claro que sim, Sr. Deputado. Vou dar a minha opinião e depois os vários grupos parlamentares pronunciar-se-ão.

Temos de ter aqui uma grande abertura e algum bom senso, para não dizer um grande bom senso. Já houve casos, em Portugal, em que se indicaram 1000 testemunhas num processo para o parar, e não somos nós que vamos pedir para ouvir 500 pessoas para não sermos capazes de o fazer. Esse bom senso certamente que todos o teremos.

Quanto ao tempo de apresentar, pode vir aqui uma entidade que indique outra e, por amor de Deus, não estamos aqui presos a esses prazos! Devemos é ter bom senso e não dizer, por exemplo, em fins de Março, «agora, tenho aqui mais 20 entidades para ouvir»!

Estou certo que todos teremos esse bom senso e, portanto, estas são listas indicativas que qualquer grupo parlamentar pode apresentar. Naturalmente que temos de ter um prazo final, que diria fim de Fevereiro, talvez, a não ser para os tais casos motivados por uma audição de uma das entidades.

Se há uma entidade que diz «um dia falei com um fulano que tinha uns escritos sobre isso» e nós não sabíamos, podemos achar útil chamá-lo.

Portanto, quanto a isso, a minha ideia é a seguinte: sem usar métodos imperativos, dizendo «até dia tal, impreterivelmente» – penso que não devemos seguir esse caminho –, fazemos agora esta primeira ronda de apresentações e depois podemos pensar.

Por exemplo, vi as listas e há professores que falham. Não vamos ouvir os professores de Direito Penal todos, como é obvio, mas temos de ter também algum equilíbrio. Há escola de Coimbra, há a escola de Lisboa,

há a Católica de Lisboa, há a Clássica de Lisboa e temos de fazer algum equilíbrio, como também de constitucionalistas, eventualmente, mas, na minha opinião, incidirá mais em penalistas.

Aliás, devemos deixar essas audições mais para o fim, porque será mais próximo do trabalho que iremos fazer de apuramento, de decisão e votação da legislação. Penso que esse trabalho com os professores deverá ficar um pouco mais para o fim.

Bom, mas qual é a minha ideia? Penso, aliás, que noutra dia falámos e assentámos nisso. A minha ideia é de que as primeiras entidades são as chamadas entidades institucionais. As segundas serão as entidades operacionais, para lhes darmos um nome, ou seja, magistrados ligados à investigação, inspectores da PJ ligados também à investigação. Bom dentro dos operacionais, depois, também há teóricos, como o Professor Luís de Sousa, que não é um operacional mas não entra nos institucionais nem é professor de direito e pode ficar para o fim, juntamente com os professores de direito.

A minha ideia, se estivessem de acordo, era ser liberal nessa matéria. Aparece uma pessoa de que todos nos lembrámos e não vamos dizer «agora não, porque já acabou o prazo»! Não me parece que isso seja aplicável nesta Comissão e deveremos ser bastante liberais, naturalmente fazendo apelo ao bom senso para não estarmos aqui a ouvir pessoas indefinidamente, deixando o trabalho final por fazer, que é o fundamental.

Esta era a minha ideia: indicativamente, no fim de Fevereiro, salvo casos que surjam e que todos, por consenso, julgemos que era útil ouvir.

Queria até sugerir-vos outra coisa em que pensei: não poderíamos, em certos casos, fazer audições conjuntas? Por exemplo, está proposta e será certamente aprovada por consenso a vinda dos três directores de três jornais diários. Não poderiam vir em conjunto? A minha opinião é que sim

e até confrontarem-se, dizendo «essa não é a minha experiência, a minha experiência é diferente, a minha dificuldade está mais ali ou mais acolá».

Para dar outro exemplo: o PSD tem várias pessoas do DCIAP que queria ouvir, a Presidente, a Directora, o Rosário Teixeira e mais uma outra pessoa, mais ligada à corrupção. Pergunto: não poderiam vir em conjunto? Estou a pôr à vossa consideração, mas penso que até para eles seria, porventura, mais agradável.

Deixo isto à discussão, porque é importante e gostaria que os Srs. Deputados se pronunciassem. Refiro-me a casos destes, porque, obviamente, não vamos misturar o Sr. Procurador-Geral da República com o Sr. Provedor de Justiça, ou outra coisa do género. Mas quando se trata destes casos, sobretudo dos tais operacionais que trabalham em conjunto, na mesma entidade ou em entidades próximas, penso que haveria até vantagem. E isto não é inédito da Assembleia, já dirigi comissões de inquérito em que se seguiu este método, sendo óbvio que esta não é uma comissão de inquérito, mas até por maioria de razão, porque esta é uma Comissão para ouvir as opiniões sobre as dificuldades que as pessoas sentem no terreno.

Assim, ponho isto à consideração dos Srs. Deputados, porque é importante para a organização dos trabalhos. Acham que isto é admissível?

O Sr. Fernando Negrão (PSD): - Sr. Presidente, queria referir dois pontos: em primeiro lugar, no que respeita à ordem das audições, o nosso requerimento apresentado na 1.^a Comissão tinha efectivamente essa ordem, ou seja, primeiro, os órgãos institucionais, depois, os operacionais e, por último, os ligados ao meio universitário e ao estudo.

Quanto à sugestão que o Sr. Presidente faz, parece-me que é interessante e pode suscitar até um diálogo maior não só entre eles mas

também entre eles e nós, Deputados, pelo que acho que poderemos fazer agrupamentos, com alguma razoabilidade, obviamente, e ouvi-los dessa forma.

O Sr. Presidente: - Obviamente que têm de ter sentido, racionalidade, não é misturar «alhos com bugalhos». Por exemplo, as pessoas do DCIAP podem vir em conjunto e ficamos aqui uma tarde inteira com elas.

Faça favor, Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): - Sr. Presidente, tenho uma dúvida. Quando referiu finais de Fevereiro está a referir-se ao fecho da lista?

O Sr. Presidente: - Sim, ao fecho da lista.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): - É que, por uma questão de celeridade, do meu ponto de vista, as autoridades institucionais devem começar de imediato a ser ouvidas e o conjunto dos grupos parlamentares chegará certamente a acordo quanto a uma lista comum, de imediato, para não nos atrasarmos.

Tenho alguma dúvida acerca das audições em conjunto, principalmente no aspecto operacional. Se quisermos realmente tirar o máximo de proveito, teremos de fazer perguntas complicadas e esperar respostas também complicadas.

Quando digo perguntas complicadas é o seguinte: à minha pergunta, admito que a pessoa A não se sinta à vontade para responder perante o seu colega do lado, a pessoa B, pelo que seria prudente

Há casos em que não tenho problema nenhum em juntar. Os académicos e professores até é bom que discutam livremente...

O Sr. Presidente: - Não conhece os professores de direito! Não se meta nisso!

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): - Mas, com toda a franqueza, não me parece que isso seja o centro da questão.

Acho que devemos ter uma ideia muito clara do nosso objectivo: perguntar a quem está no terreno o que é que falha. Essa pergunta tem toda a vantagem em ser feita de forma extremamente concreta, clara, e esperar que quem cá esteja dê respostas sem tibiezas, ou seja, que diga exactamente o que é que acha.

Não sei se, nalguns casos, ao juntarmos duas ou três pessoas, mesmo que no âmbito da mesma instituição, o facto de estarem juntas não impede que respondam com a clareza e rigor que pretendemos. Tenho receios, até porque a nossa mentalidade corporativa e institucional faz com que *A* tenha receio de dizer alguma coisa estando *B* presente.

Na parte operacional, evitava a junção; nas institucionais, com certeza que não; depois, na parte jurídica e académica não vejo inconveniente nenhum. Nas outras... tenho uma ideia das perguntas que gostaria de fazer e não sei, pensando nas pessoas concretas, se alguns responderão com inteiro à-vontade estando outra pessoa concreta em que estou a pensar na sala...

O Sr. Presidente: - Sr. Vice-Presidente, penso que esse seu argumento tem inteira razoabilidade quando se tratar de pessoas que têm entre si uma relação hierárquica, ou melhor, é muito mais forte nestes casos.

Dou-lhe um exemplo com inteiro à-vontade. Vem a Directora do DCIAP e duas pessoas também do DCIAP. Aí é um problema que se pode pôr. Agora, se vierem os três directores dos três DIAP – o Sr. Deputado Fernando Negrão está a dizer que sim com a cabeça, penso que está de acordo comigo – nenhum deve aos outros especial respeito; cada um tem a sua experiência, o de Lisboa tem uma experiência, o do Porto tem outra, e talvez possamos ganhar em pô-los em confronto.

Portanto, se assentássemos em que não chamaremos pessoas com relações hierárquicas mas poderemos chamar pessoas que trabalham no mesmo nível em situações diferentes.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (?) (CDS-PP): - Sr. Presidente, gostaria de perguntar se os trabalhos da Comissão vão ser transmitidos pelo Canal Parlamento, se são acessíveis através da televisão, em termos reais. Se assim for, mesmo que as pessoas não estejam aqui, poderão todos os interessados acompanhar todos os trabalhos que estão a decorrer e as declarações que são feitas.

O Sr. Presidente: - É verdade, embora haja a possibilidade de os trabalhos da Comissão serem à porta fechada, pelo menos alguns. Aliás, já assentámos aqui que, nalguns casos, teremos algum proveito se assim for.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): - Sr. Presidente, queria concordar com o Sr. Presidente quando refere a audição conjunta quando não haja relações hierárquicas, mas acrescentava outra coisa que seria perguntar a cada uma das pessoas a ouvir se têm alguma coisa a opor a serem ouvidas em conjunto. Podem ter e, nesse caso, ouvi-las-emos em separado.

O Sr. Presidente: - Com certeza.

Agora, quanto ao planeamento dos trabalhos, estive a ver a nossa agenda parlamentar e as coisas não são fáceis. Desde logo, na próxima terça-feira, há jornadas parlamentares do BE, pelo que aí é totalmente impossível a Comissão trabalhar. Mas não queria deixar a próxima semana «em branco».

Acontece que há entidades institucionais absolutamente indiscutíveis, como é óbvio: o Sr. Presidente do Conselho Superior da Magistratura e o Sr. Procurador-Geral da República. Fiz dois telefonemas e nos dois me foi pedido para ficarem mais para diante, coisa que eu já adivinhava, sobretudo em relação ao Sr. Presidente do Conselho Superior da Magistratura.

Como sabem, o Conselho Superior de Magistratura está em fase de renovação e, por outro lado, o Sr. Presidente do Conselho Superior da Magistratura não é especialista nestas matérias – já em relação ao Sr. Procurador-Geral da República as coisas são bem diferentes – e ele próprio me disse que pedia muito para ficar para os primeiros dias de Fevereiro porque, primeiro, tinha de ter o seu Conselho, porque, como é hábito do Conselho Superior da Magistratura, quer reunir o Conselho antes de vir aqui, e, segundo, porque não quer vir sozinho – questão essa que é completamente distinta daquela que o Sr. Deputado Pacheco Pereira colocou, que é uma pessoa dizer que quer ser acompanhado por uma ou mais pessoas –, ou seja, que vir com aquelas pessoas que, dentro do Conselho, mais se têm debruçado sobre esta matéria, sejam juízes ou outros membros do Conselho, que têm uma experiência mais penalística, mais no campo da criminalidade.

Ora bem, perante isto, diria que aqui não há hierarquias, coisa que tem relativamente pouca importância e que assentei com o Sr. Presidente

do Conselho Superior da Magistratura e com o Sr. Procurador-Geral da República. Portanto, aqui não hierarquias porque, senão, começamos a embrulhar tudo e só começamos em Fevereiro. Esse ponto ficou bem assente.

Lembrei-me de começar por outra pessoa, para a semana, que não aparece aqui nos institucionais da lista do PSD mas que me parece que cabe nessa lista, o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, ou seja, começaríamos pela prevenção, o que até tem algum sentido.

Dizem-me que está no requerimento do PS, mas reparei que não estava no do PSD... está no terceiro pilar.

Ora bem, tomei a liberdade de falar com o Dr. Oliveira Martins, para que pudéssemos avançar, e ele disse-me que estava disponível. Isto por uma razão muito simples: é que o Dr. Oliveira Martins tem o trabalho de casa feito, obviamente.

O Sr. Procurador-Geral pediu-me tempo porque, disse ele, tinha de reflectir e preparar, tinha semanas cheias e pediu que não o chamassem antes de Fevereiro.

Portanto, vamos ter de inverter tudo isto, mas isso não é grave, antes pelo contrário. Agora vamos ver em que dia.

Para a semana, na quarta-feira temos interpelação ao Governo, apresentada pelo CDS-PP, sobre desemprego, com uma grelha própria, que não conheço e não tive tempo de ver qual a sua duração; na quinta-feira temos um agendamento potestativo do PCP, com uma grelha A. Penso que talvez às 18 horas o Plenário esteja concluído, pelo que me permiti ajustar com o Sr. Conselheiro Oliveira Martins a sua presença na quinta-feira, às 18 horas – adivinhei que não haveria da parte dos Srs. Deputados qualquer obstáculo a isto. Estão de acordo?

Temos de começar e, Srs. Deputados, faço um apelo: quando a Assembleia começar os trabalhos do Orçamento, vamos reunir – é esse o nosso entendimento – terça-feira, quarta-feira e quinta-feira, se for preciso de manhã à noite. Apenas peço ao Sr. Vice-Presidente que, de vez em quando me deixe ir fumar um cigarrinho...

Portanto, temos a primeira audição aprovada, com o Sr. Presidente do Tribunal de Contas, ainda que não nessa qualidade, mas na de Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção, Dr. Oliveira Martins.

Também no requerimento do PSD – ainda não vi o do PS –, aparece o Sr. Provedor de Justiça nas entidades não institucionais. Percebo a ideia. O Sr. Provedor de Justiça esteve ligado a vários organismos, mas a Provedoria também tem queixas de corrupção, certamente, pelo menos penso que terá, não sei...

Se estivessem de acordo, iria agendar a segunda audição com o Sr. Provedor de Justiça e iria tentar, consoante fossemos tendo uns «buracos» – aliás, era para ir a Estrasburgo à reunião do Conselho da Europa e cancelei a ida, porque esta Comissão tem toda a prioridade –, continuar com os outros órgãos institucionais, como os sindicatos, por exemplo, a Associação Sindical dos Magistrados Judiciais.

Portanto, amanhã, iria falar com o Sr. Provedor de Justiça e temos de ver para que dia. Aquele que se me afigura como possível é a terça-feira a seguir, dia em que deveria estar em Estrasburgo e não estarei. Assim, iria tentar convocar o Sr. Provedor de Justiça para dia 26, às 18 horas

Peço desculpa às Sr.^{as} Deputadas por não usar aquela fórmula politicamente correcta de dizer as «Sr.^{as} e os Srs. Deputados», mas ainda sou daquela velha guarda que usa o termo Srs. Deputados, mas é só para ser mais rápido...

A Sr.^a Helena Pinto (BE): - *Por não ter falado para o microfone, não é possível registar as palavras da Oradora.*

O Sr. Presidente: - Portanto, iria tentar que no dia 26, às 18 horas, viesse o Sr. Provedor.

Depois, penso que com a associação sindical, sindicato, ASFIC, será mais simples.

Então, guardaríamos o Conselho Superior da Magistratura e o Sr. Procurador-Geral da República para o início de Fevereiro. Concordam?

A Sr.^a Helena Pinto (BE): - *Por não ter falado para o microfone, não é possível registar as palavras da Oradora.*

O Sr. Presidente: - Não, não. Disse Ministério Público e ASFIC, as três. Se conseguirmos arranjar um dia inteiro em Fevereiro, podem ser ouvidas as três no mesmo dia.

Portanto, quanto ao planeamento dos trabalhos, sempre que tenha dúvidas, trocarei impressões com os meus colegas de Mesa. Desta vez, confesso, não tive tempo, mas até agora o consenso predomina e, portanto, sobre isto não há mais nada.

Não sei se algum Sr. Deputado tem mais alguma questão que queira pôr. Se não, resta-me dizer que os nossos trabalhos recomeçam na próxima quinta-feira, às 18 horas, com o acordo do PCP, porque às 17 horas e 30 a sessão plenária estará concluída. Assim, a audição será marcada para as 18 horas, para não fazer esperar o Sr. Conselheiro Oliveira Martins.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): - Sr. Presidente, relativamente às entidades que propusemos, não sei se é oportuno referir-me agora.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, as entidades são a Inspeção Geral da Administração Local e a Inspeção Geral de Finanças.

Penso, e a Mesa comunga certamente dessa minha posição, que a não ser que acontecesse algo que nunca acontecerá, que seria alguém propor coisas completamente fora do âmbito da Comissão, o que não é o caso, bem pelo contrário, devemos, obviamente, aceitar todas as proposta que venham das várias bancadas, com grande abertura, com um apelo ao bom senso que todos terão em não indicar, em fins de Fevereiro, 40 entidades para ouvirmos.

Agora preciso de fazer a recolha de todas as entidades indicadas para, depois,...

O Sr. António Filipe (PCP): - Sr. Presidente, deixe-me então referir que apenas propomos duas entidades porque damos como boa a proposta feita pelo PSD e entendemos que não devíamos repetir o que já estava proposto. Assim, propomos apenas acrescentar estas duas à lista que PSD apresentou.

O Sr. Presidente: - Tenho uma dúvida que quero partilhar convosco, que é a seguinte: salvo lapso meu, não aparece em nenhuma das listas o Sr. Director Nacional da PJ.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): - *Por não ter falado para o microfone, não é possível registar as palavras do Orador.*

O Sr. Presidente: - Mas acho que fazer audições sem convocar o Director Nacional da PJ... Na minha perspectiva, o Sr. Director Nacional da PJ deve caber nos institucionais, não é um operacional, dirige a PJ.

O Sr. Fernando Negrão (PSD): - *Por não ter falado para o microfone, não é possível registar as palavras do Orador.*

O Sr. Presidente: - É um operacional mas que agora é Director Nacional da PJ e, portanto, é um institucional – como tal o tomo.

Agora, faz-se acompanhar certamente das pessoas que entender, mas isso qualquer um deles se faz acompanhar das pessoas que entender! Portanto, temos esse entendimento.

Amanhã irei seriar as entidades, mandarei aos Srs. Vice-Presidentes e, depois, para a semana, juntamo-nos e fazemos uma lista para trabalhar.

Para a semana há uma reunião da Conferência de Líderes, após a qual saberemos quando começa a discussão do Orçamento e será aí que vamos aproveitar, de manhã à noite. Srs. Deputados, tenham paciência, temos de dar conta disto, o mais tardar, até fim de Março. Todos vamos ter que fazer um esforço grande – conto com a ajuda do Sr. Vice-Presidente para ir fumar os meus cigarrinhos –, mas até fim de Março todos temos de trabalhar para termos as audições terminadas nessa altura.

Até fim de Fevereiro será o prazo para apresentação de outras entidades.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PC): - Sr. Presidente, apenas um pequeno pormenor relativamente à questão que o Sr. Presidente suscitou sobre o Director Nacional da PJ.

Acho muito bem que o Director Nacional da PJ seja ouvido, como é evidente. Mas aí pode suscitar-se o problema de o Sr. Director se oferecer para trazer com ele alguns dos directores que já queremos ouvir, colocando-se então o problema que discutimos há pouco.

Ora bem, talvez fosse conveniente dizer que pretendemos ouvir esses directores noutra oportunidade e, portanto, era melhor não virem com ele.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado António Filipe, estou a perceber a sua objecção e teremos o cuidado de o notar – se me esquecer, o Sr. Vice-Presidente lembrar-me-á –, mas creio que o Sr. Director Nacional da PJ, tanto quanto conheço da Polícia Judiciária, com quem já não lido há muitos anos, tem uma visão geral das necessidades, dos escolhos, das faltas da PJ. Depois, cada um, no seu sector, têm-na também. Portanto, acho que essa visão geral do Director Nacional da PJ nos é útil. Aliás, não penso que caiba na cabeça de alguém que não chamemos aqui o Director Nacional da PJ e inspectores, etc.

Isto não está proposto por ninguém, que eu saiba, mas deixe-me fazer também uma proposta...

O Sr. António Filipe (PCP): - Creio que o Sr. Presidente estava a entender mal a minha observação.

O Sr. Presidente: - Que agradeço! Mas essa será mais uma pessoa que iremos tentar chamar nos próximos tempos.

O Sr. António Filipe (PCP): - Sr. Presidente, creio que se não está proposto é um lapso que deve ser corrigido. Penso que é obrigatório ouvir o

Director Nacional da PJ. Porém, chamo a atenção que poderemos incorrer naquilo que não queríamos.

O Sr. Presidente: - Sim, Sr. Deputado, terei o cuidado do falar com o Sr. Director Nacional e explicar que o queremos é a visão dele sobre a Judiciária, a sua organização e outras questões, como o relacionamento com o Ministério Público, etc., porque ele é que deve ter essa visão geral, o que não quer dizer que outras pessoas não a possam ter. E aproveito para agradecer o elogio não expresso mas tácito do Sr. Deputado António Filipe.

Srs. Deputados, se mais ninguém pretende usar da palavra, declaro encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 25 minutos.